

**Título: A Cooperação como recurso fundamental no processo de desenvolvimento das universidades**

**Autor: Profa. Doutora Rosania da Silva**

### **RESUMO**

**Palavras Chave: COOPERAÇÃO – DESENVOLVIMENTO - REDES UNIVERSITÁRIAS**

Esta comunicação pretende abordar os seguintes pontos:

1. A importância da cooperação universitária no processo de consolidação e crescimento das instituições de ensino superior no mundo de língua portuguesa, procurando focalizar as principais dificuldades que estas mesmas instituições enfrentam no seu processo de crescimento em países com grandes fragilidades em termos de governação, corpo docente, infraestruturas, etc;
2. A necessidade e premência dos projectos de cooperação universitária como factor de ligação entre realidades políticas e económicas diversas.
3. As parcerias universitárias internacionais entre países de diferentes realidades económicas, sociais e culturais.
4. O papel das universidades como força motriz do desenvolvimento social e da aproximação entre realidades diversas como dinamizadoras do progresso, do conhecimento e do desenvolvimento.

## 1. Introdução

O papel das universidades como força motriz do desenvolvimento social e de aproximação entre realidades diversas é inquestionável. Se as universidades desenvolverem bem o seu papel de promotoras do ensino, da investigação e da extensão universitária estarão sem dúvida a promover o progresso e o desenvolvimento dos indivíduos e dos seus países.

É sobre este papel das universidades, particularmente no espaço de língua portuguesa, que este artigo pretende centrar-se, procurando reflectir sobre a realidade das universidades do espaço de língua portuguesa e sobre as possíveis soluções para as dificuldades existentes, privilegiando a Cooperação como factor que pode contribuir fortemente para o desenvolvimento das universidades.

Se considerarmos que os países de língua portuguesa possuem realidades geográficas, económicas e sociais diversas, que a maior parte destes países está localizada no continente africano e que mesmo neste continente estes países possuem as suas próprias realidades económicas e sociais e estão em estágios diversos do processo de desenvolvimento, há que procurar encontrar um denominador comum que possa unir estas diferentes realidades. O denominador comum que identifique para equilibrar esta relação é a Cooperação.

Em primeiro lugar, penso que é necessário repensar o próprio conceito de Cooperação, de modo a evitar-se confundi-lo com uma relação de dependência ou subordinação entre pares. Tendo em conta as distintas realidades entre os países de língua portuguesa e, por consequência, entre as suas universidades, esta é uma situação na qual torna-se fácil incorrer, quer por desatenção aos aspectos mais subtis de relacionamento entre pares, quer como estratégia deliberada para procurar alcançar objectivos obscuros de uma das partes envolvidas.

## 2. A contribuição das universidades

A relação entre o desenvolvimento das universidades e o desenvolvimento dos países é algo intrínseco. Não se pode pensar em países desenvolvidos sem se pensar em conhecimento e em formação. Mas o conhecimento e a formação só estarão acessíveis a todos se houver políticas públicas que permitam aos cidadãos terem o acesso a este conhecimento e habilidades, de forma a se lhes permitir estar bem colocados no seu espaço social, contribuindo para o desenvolvimento e ao mesmo tempo transformando a sua própria realidade social e económica, quer ao nível individual, quer ao nível da colectividade.

A mudança ou o crescimento e desenvolvimento dos países do terceiro mundo ou em desenvolvimento só poderá ocorrer quando estes mesmos países tiverem uma camada significativa da população bem formada e preparada para enfrentar os desafios do mundo moderno, tanto em termos tecnológicos quanto em termos de capacidade de análise e reflexão sobre a sua realidade. E, para que tal aconteça, há um papel a desempenhar pelas universidades, participando activamente na formação de quadros que possam responder a estes desafios.

Porém, não podemos nos esquecer das distintas realidades das universidades do espaço de língua portuguesa. Se compararmos a realidade das universidades de Portugal e do Brasil, que possuem condições mais próximas entre si em termos de realidade social e económica, e as universidades africanas, há que parar para reflectir sobre os desafios que a elas se coloca. Por outro lado, mesmo dentro do espaço africano, há ainda distintas realidades a considerar, não podendo pois o analista pôr na mesma bandeja, sob risco de obter leituras enviesadas, as condições de funcionamento, quer em termos políticos, quer em termos sociais e económicos, das universidades de países como Moçambique, Angola e São Tomé e Príncipe, por exemplo.

Vamos concentrar-nos aqui na situação das universidades africanas de língua portuguesa, e, de forma particular, no caso de Moçambique. Não se pode retirar às universidades destes

países africanos o mérito do seu papel ao longo destas primeiras décadas que sucederam as independências dos seus países.

Como os primeiros académicos africanos foram formados sobretudo em universidades europeias e da América do Norte, as universidades africanas foram maioritariamente suportadas, principalmente na segunda metade do século passado, por académicos oriundos da Europa e da América do Norte. Mais recentemente, embora se possa contar com uma já significativa elite de académicos africanos, a maior parte das universidades ainda continua a apoiar-se nos grandes centros universitários da Europa e das Américas, e, mais recentemente do continente asiático. Este cenário reforça a posição destes centros universitários como espaços referenciais de qualidade e credibilidade de certificação.

Portanto, se quisermos privilegiar o princípio da cooperação universitária num contexto mais amplo, há que combater, em primeiro lugar, o arraigado complexo de inferioridade que muitas vezes contamina as relações entre as universidades dos países africanos e periféricos e os países dos centros de conhecimento mundialmente reconhecidos, que por vezes mantêm com estas universidades uma relação que procura reestabelecer e reforçar laços que julgávamos extintos de uma visão eurocêntrica e de dependência.

Voltando-nos para a cooperação universitária dentro de um espaço mais restrito, que é o dos países de língua portuguesa, as assimetrias reduzem-se, sem sombra de dúvidas, mas não estão anuladas, pois devemos considerar, como já foi dito anteriormente, a diversa realidade destes mesmos países de língua portuguesa.

A diferença deveria ser um factor positivo para a cooperação. Porém, nem sempre acontece desta forma. Não podemos ignorar que nas relações de cooperação e parceria, principalmente entre partes pertencentes a realidades diferentes economicamente e em termos de reconhecimento internacional, existe também o risco e o perigo da tutela, em que as instituições mais fortes, localizadas em economias mais sólidas e em realidades sociais mais estáveis acabem por cair na tentação da tutela das instituições mais frágeis.

A cooperação entre as universidades de língua portuguesa deveria guiar-se em primeiro lugar pelo próprio sentido etimológico do termo, ou seja, o sentido de auxílio, colaboração; contribuição. A cooperação não pode significar dependência ou um processo em que uma parte dá tudo e a outra apenas recebe, ou ainda, uma relação de visível desequilíbrio de vantagens

para uma das mais partes, assemelhando-se mais a um negócio lucrativo do que a uma relação de cooperação e parceria.

A necessidade de cooperação entre as universidades dos países de língua portuguesa é inquestionável e não podemos esquecer a grande vantagem desta cooperação como factor de ligação entre diferentes realidades políticas e económicas. Mas há que salvaguardar o equilíbrio desta relação, de forma a não se reproduzir situações de controle e tutela, as quais deveriam estar já completamente extintas nas relações entre povos, e principalmente, entre universidades.

Embora as universidades dos países africanos sejam por vezes tidas como apetecíveis por outras de países desenvolvidos que procuram fazê-las funcionar como laboratórios para aquelas desenvolverem as suas teorias e por vezes até para encontrarem mão-de-obra barata e financiamento acrescentado, a solução não é fugir das parcerias ou das relações de cooperação, mas sim, procurar-se estar atento para evitar estas atitudes que cerceiam a liberdade das universidades e anulam as suas identidades.

### **3. As universidades dos países africanos no espaço de língua portuguesa**

As condições de funcionamento da maioria das universidades africanas de língua portuguesa são bem conhecidas e sobretudo as dificuldades existentes têm sido bastante divulgadas como factores de fragilidade destas universidades. As dificuldades mais comuns enfrentadas pelas jovens instituições de ensino superior surgidas nos países pobres e em desenvolvimento têm sempre pontos comuns: falta de corpo docente qualificado e de pessoal técnico e administrativo capacitado para dar suporte aos serviços e actividades de pesquisa e extensão, fracas condições ou mesmo inexistência de infraestruturas, falta de financiamento e de condições para a pesquisa e a extensão. Estas condições ou a falta delas torna muito mais difícil para uma jovem universidade sediada nestes países consolidar-se e afirmar-se.

Se somarmos a estas dificuldades as fragilidades de governação comuns a muitos países africanos, que dificultam e fragilizam o próprio processo de crescimento e afirmação das universidades e o cenário político e económico da maioria dos países africanos de língua portuguesa, em que o poder político procura por vezes cooptar as universidades como um valor a

ser agregado às suas políticas locais, e ainda o facto de alguns destes países não terem ainda consolidado completamente o processo de estabilidade política, o que provoca cenários de alguma instabilidade política e social, encontraremos o ambiente próprio de funcionamento destas universidades que procuram sobreviver em meio a todas estas peculiaridades.

É principalmente em função deste cenário que se defende aqui a necessidade de uma política clara de Cooperação entre as universidades dos países de língua portuguesa, salvaguardando os aspectos de preservação da identidade e autonomia destas mesmas universidades, conforme referido anteriormente. Através da cooperação no âmbito do espaço comum da língua portuguesa, as universidades, principalmente dos países africanos, poderão encontrar um factor de equilíbrio para a sua consolidação e crescimento. Trabalhando em redes de cooperação, as universidades podem somar vantagens e experiências, buscando compensar fragilidades e recursos inexistentes.

Mas há também que transformar as universidades africanas de língua portuguesa a partir de dentro, para que elas estejam em condições de apanhar o comboio da Cooperação e beneficiar das vantagens que o mesmo pode trazer.

Normalmente, na história da cooperação internacional entre universidades, principalmente no caso das condições específicas das universidades de língua portuguesa, tem-se dado prioridade à mobilidade de docentes, de estudantes e à transferência tecnológica de informação e conhecimento. Aspectos como a investigação científica e a extensão universitária têm ficado em planos secundários como matéria da cooperação internacional. Por exemplo, no Brasil, há universidades que desenvolvem linhas de pesquisa e investigação visando desenvolver projectos de inserção social e apoio voltados para as comunidades. Ora, a temática de pesquisas desta natureza não se restringe ao espaço unicamente do Brasil. A realidade à volta das universidades de língua portuguesa em África apresenta grandes semelhanças com a mesma temática e outras. Mas não são vistas estratégias de aproximação entre as universidades destes países visando desenvolver estudos de caso e pesquisas comparativas ou mais abrangentes entre as realidades destes dois espaços, com o objectivo de identificar estratégias de mudança para o público alvo objecto destes estudos. Falta às universidades dos países de língua portuguesa, na maioria das vezes, uma atitude indutora que também procure promover a cooperação.

Penso que é caso para reflectir-se sobre os porquês de as universidades africanas de língua portuguesa ficarem de fora deste espaço que é próprio da cooperação universitária. Esta exclusão das universidades representará talvez uma incapacidade destas mesmas universidades de ocuparem o seu espaço ou a falta de enquadramento de uma visão estratégica das suas políticas de gestão universitária? Ou ainda, significará uma evidente ausência de políticas governamentais que visem promover esta cooperação? O que fazer para mudar este cenário?

Certamente que as jovens instituições universitárias, pela sua juventude e pouca experiência, são por si sós frágeis. E em países também frágeis em termos económicos e de governação torna-se mais importante e necessário fortalecer as relações de cooperação para que as universidades ganhem uma nova dinâmica de desenvolvimento.

Porém, para fortalecer as relações de parceria e cooperação entre universidades, necessário se torna também que estas privilegiem esta vertente na sua estrutura e que a mesma seja institucionalizada e potenciada com recursos humanos capazes de dar resposta e continuidade à demanda destas relações, pois o que se tem verificado é que por vezes grandes oportunidades se perdem devido à morosidade dos sistemas de gestão universitária e ao perfil dos próprios recursos humanos responsáveis por estas áreas. No que respeita à cooperação internacional entre universidades, verifica-se frequentemente que as relações funcionam muito mais com base nas pessoas à frente dos processos do que com base nas relações institucionais, bastando para tal que determinado indivíduo seja transferido para outro sector para que todo o processo seja interrompido ou mesmo cancelado.

#### **4. Universidade Politécnica , um caso de sucesso em Mocambique**

A Universidade Politécnica resulta da transformação, em 5 de Outubro de 2007, do Instituto Superior Politécnico e Universitário-ISPU, que fora criado em 1995, afirmando-se assim como a primeira universidade privada de Moçambique. Desde o seu surgimento como ISPU, e de forma mais vincada após a sua transformação em Universidade, a Politécnica definiu como objectivo estratégico afirmar-se como centro de referência ao nível da pesquisa científica e

tecnológica, com base nos pilares fundamentais da formação, investigação e extensão universitária.

Esta estratégia permitiu à Universidade Politécnica, desde a primeira hora, priorizar e conquistar espaço e credibilidade nacional e internacional e desenvolver-se. No âmbito internacional, este espaço e credibilidade inicialmente estiveram focalizados apenas no espaço de língua portuguesa, pelas razões naturais das barreiras linguísticas e das limitações decorrentes de se tentar desenvolver projectos e actividades entre instituições que têm entre si a barreira da língua.

Contudo, embora limitada numa primeira fase ao mundo de língua portuguesa, a Universidade Politécnica procurou desenvolver actividades de extensão universitária, inicialmente num sistema de redes (temos como exemplo o caso do projecto Fortune, financiado com fundos ACP) e mais tarde através de relações bilaterais entre universidades.

A opção pelo sistema bilateral entre universidades foi o modelo que melhor se adequou à sua realidade, devido ao facto de, por ser uma instituição privada, por vezes não poder entrar no circuito das relações multilaterais entre governos e pelas dificuldades da conjuntura de relações universitárias entre os países, ficando por vezes as universidades privadas à margem deste benefício.

Para contornar e ultrapassar este entrave, a Universidade Politécnica criou um espaço próprio de relações de cooperação com universidades de outros países de língua portuguesa, expandindo mais tarde o seu campo de acção a diversos países e procurando inserir-se no espaço africano, europeu, latino americano e asiático. Nestes casos, as relações normalmente estão centradas na mobilidade de docentes e de discentes, na troca de resultados de pesquisa científica, na produção e realização conjunta de actividades de graduação e pós-graduação, bem como na parceria para aceder a recursos em sistema de redes.

Esta estratégia revelou-se fundamental para uma jovem instituição de ensino superior, como é o caso da Politécnica, pois permitiu-lhe ultrapassar dificuldades iniciais que sozinha teria sido mais difícil enfrentar no seu processo de crescimento.



Porém, o risco da tutela e cooptação foram factores a serem tidos em conta e que a Universidade Politécnica procurou acautelar. Pode-se tomar como exemplo situações concretas vividas pela Universidade Politécnica, na década de 90, na sua relação com universidades europeias. Ainda muito jovem e pouco experiente, por diversas vezes teve de dizer não a parcerias que aparentemente eram vantajosas, mas que retiravam-lhe toda a capacidade de definir o seu próprio modelo de gestão, os seus caminhos e a sua identidade. Nas relações de parceria é sempre bom ter-se em mente que quando se encosta a um parceiro mais forte, há sempre o risco de se sair esborado. Por isto mesmo, há que acautelar este aspecto nas relações de cooperação e parceria. O desenvolvimento e fortalecimento das relações Sul-Sul ou das relações entre universidades com características económicas, sociais e culturais mais próximas, como é o caso das universidades de língua portuguesa poderá ser uma alternativa a este cenário.

## **5. Considerações Finais**

É tendo em conta todas estas situações específicas das condições de existência das universidades nos países africanos de língua portuguesa que se defende aqui a importância e necessidade do desenvolvimento e fortalecimento das relações de cooperação universitária entre estes mesmos países.

A cooperação pode ser a resposta para a superação destas dificuldades e limitações, permitindo a troca de experiências e fortalecimento das instituições mais frágeis. Através dela pode-se também ultrapassar as limitações no campo do ensino, da investigação e formação do corpo docente, bem como no desenvolvimento organizacional e estrutural das universidades.

Porém, é necessário sobretudo que as universidades africanas estejam preparadas para apanhar este comboio, que se preparem a partir de dentro. Sem docentes qualificados para a investigação, as universidades africanas não estarão em condições de desenvolver projectos de cooperação conjuntos, sem um corpo técnico qualificado e competente, muito pode se perder em termos de oportunidades para estas universidades. Sem uma política e plano de formação do corpo docente, muitas oportunidades de bolsas de estudos serão desperdiçadas. Sem uma política de extensão universitária e de cooperação a vários níveis, a cooperação entre

Universidades acaba por ser uma ideia bem intencionada mas que sucumbe a si própria por falta de pernas para andar.

Portanto, mais do que aderir a esta iniciativa, compete às universidades prepararem-se para acompanhar esta dinâmica, tirando dela os maiores benefícios possíveis, aproveitando-se do princípio seguro de crescer entre pares.

## 6. Referências Bibliográficas

Andrés, Aparecida. 2011. Financiamento Estudantil no Ensino Superior. Consultoria Legislativa, Câmara dos Deputados Brasília-DF

Alegre, Manuel. “Uma língua e diferentes culturas”. Comunicação apresentada no *Programa Cultural da Expolíngua*, em Madrid, em março de 2003. Disponível em <http://www.teiaportuguesa.com/lusografo/manuelalegreumalingua.htm> (Consulta em 01.09.2011)

Ali, M. S. (1908) Dificuldades da língua portuguesa. Rio de Janeiro, Acadêmica. 1966

Almanaque Abril, 20<sup>a</sup> (1994) e 21<sup>a</sup> (1995) edições. Editora Abril, São Paulo, Brasil.

Barthes, Roland. O rumor da língua. Trad. de António Gonçalves. Lisboa: Edições 70, 1987. 318 p.

Castro, Alda Maria Duarte Araújo. 2010. Disponível em <http://scholar.googleusercontent.com/> Acesso em 12 de Fevereiro de 2012

Couto, Mia. “Desmontando e reconstruindo a ideia de lusofonia”. Disponível em <http://amateriadotempo.blogspot.com/2007/07/desmontando-e-reconstruindo-ideia-de.html> (Consulta em 01.09.2011)

Governo de Moçambique, 1998. Relatório sobre a Expansão do Ensino Superior em Moçambique

Governo de Moçambique, 2001. Relatório Nacional de Moçambique sobre Desenvolvimento da Educação. Ministério da Educação,. Direcção de Planificação

Paiva, V. Nova relação entre educação, economia e sociedade. *Contemporaneidade e Educação*, v. 4, n. 6, 2º sem. 1999

Ribeiro, Evandro Luís. Neto, Pedro Luiz de Oliveira Costa. Oliveira, José Augusto de., 2008. O papel da Gestão da Qualidade nas instituições de Ensino superior. Anais do 4º Congresso Brasileiro de Sistemas. Centro Universitário de Franca Uni-FACEF-29 e 30 de Outubro de 2008

Rosario, Lourenço. Singularidades II. 2007, Maputo, Texto Editores, Lda.

Taímo, Jamisse Uilson, 2010. Ensino Superior em Moçambique: História, Política e Gestão (tese de doutoramento em Educação, apresentada à UNIMEP- Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo, Brasil)

UNESCO. Declaração da Conferência Mundial de Ensino Superior no século XXI: Visão e Ação. Disponível em <<http://www.preal.cl> > Acesso em 07 de Fevereiro de 2012.

\_\_\_\_\_. Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009:As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social. Disponível em <<http://www.preal.cl> > Acesso em 07 de Fevereiro de 2012